

A ORIGEM DA UNIVERSIDADE DE PARIS (II).

(Conclusão).

RUY AFONSO DA COSTA NUNES

do Setor de Filosofia e História da Educação Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO III

AS ESCOLAS.

I

As artes liberais e a sacra página eram ensinadas nas escolas públicas e particulares (1). O termo *scholae*, no plural, servia para designar um estabelecimento escolar, ainda que não passasse de uma sala. O local das aulas nos mosteiros era um compartimento especial denominado *auditorium* e nas escolas episcopais, o claustro dos cônegos, quando existia. As escolas públicas, *scholae publicae*, eram escolas abertas a todos os clérigos, seculares ou regulares. As escolas particulares, *scholae privatae*, eram as dos mosteiros reservadas aos monges e aos candidatos à vida monástica.

Scholae constituere era abrir uma escola ou curso. *Scholarum regimen*, a direção da escola. Estar à frente de uma escola, orientá-la: *scholis praesidere*, *scholis vacare*, *studium regere*. Deixar de manter uma escola: *a regimine scholarum cessare*.

Escrevi acima que as escolas públicas estavam abertas a todos os clérigos. É preciso observar que a expressão *clerici* designava o estado jurídico e social dos estudantes, uma vez que oficialmente pertenciam ao organismo eclesiástico, embora não recebessem ordens,

(1). — Para este capítulo vejam-se: Paré, Brunet, Tremblay, obr. cit. Philippe Delhaye, *L'Organisation Scolaire au XIIIe Siècle*, an offprint from *Traditio* Vol. V — 1947, pág. 211-268; Mémoires et Travaux des Facultés Catholiques de Lille, Émile Lesne, *Histoire de la Propriété Ecclésiastique en France*, Tome V, *Les Écoles de la fin du VIIIe Siècle à la fin du XIIIe*, Lille, Facultés Catholiques, 1940, 724 págs.

mesmo as inferiores. Em princípio, guardavam o celibato e gozavam de um benefício com a obrigação de exercer certa função junto a uma igreja; usavam o hábito eclesiástico e recebiam a tonsura. O termo leigo, *laicus*, não tinha o mero sentido de profano, secular, mas equivalia a iletrado. O dicionário *Catholicon*, cêrca de 1286, definia *laicus*:

“a *laos*, lapis, pedra. Donde *laicus*, *lapideus quia durus est et extraneus a scientia litterarum*”.

O leigo era, pois, um “idiota”, isto é, não um débil mental, mas um iletrado. Quem se dedicava ao estudo, ao ensino, os trovadores, os notários, os advogados, os médicos, eram todos clérigos. Nesse sentido, “tôda universidade medieval é clerical” (2). Juridicamente, o casamento dissolvia o estado de clericatura e privava do direito de ensinar. Diante disso, alguém pode asseverar que a Igreja maquiavêlicamente açambarcou todo ensino em seu proveito, reduzindo a escola a uma dependência eclesiástica. Durkheim já observou judiciosamente que tal absorção do ensino pela Igreja surgiu naturalmente, já que as escolas começaram por ser obra da Igreja (3). Por isso pode-se afirmar que no século XII, no Ocidente, o ensino era monopólio do clero. Só na Itália, onde a cultura sofrera menos com as invasões, mestres e alunos podiam ser recrutados dentre os seculares.

Os encarregados das escolas eram monges, cônegos e párocos rurais. Estes eram comumente pessoas da confiança de um senhor feudal, e normalmente só sabiam ler os livros que lhes serviam para o exercício do ministério. As escolas do século XII, em Paris como na França inteira, eram as monásticas, as episcopais, as dos cônegos regulares e as dos mestres agregados.

Os párocos, desde o concílio de Vaison em 529 tinham a obrigação de manter escola onde recebessem jovens leitores (*juniores lec-*

(2). — Paré, Brunet, Tremblay, *obr. cit.*, pág. 62.

(3). — “Quand on observe, à une époque un peu plus avancée, cette absorption de l'enseignement par l'Église, on pourrait être tenté d'y voir le résultat d'une savante politique; on pourrait croire que l'Église s'est emparée des écoles pour mettre obstacle à toute culture qui fût de nature à gêner la foi. En fait, cette dépendance vient tout simplement de ce que les écoles ont commencé par être l'oeuvre de l'Église; c'est l'Église qui les a appelées à l'existence, et ainsi elles se sont trouvées, dès leur naissance, dès leur conception pour ainsi dire, marquées d'un caractère ecclésiastique dont elles ont eu tant de mal à se dépouiller ensuite. Et, si l'Église a joué ce rôle, c'est qu'elle seule pouvait s'en acquitter. Elle seule pouvait servir d'institutrice aux peuples barbares et les initier à la seule culture qui existait alors, je veux dire à la culture classique. Car, comme elle tenait à la fois à la société romaine et aux sociétés germaniques, comme elle avait deux faces en quelque sorte et deux aspects, comme, tout en gardant des points d'attache avec le passé, elle était cependant orientée vers l'avenir, elle pouvait, et seule elle pouvait, servir de trait d'union entre ces deux mondes si disparates”. Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France*, I, *des Origines à la Renaissance*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1938, 221 págs. — Cf. pág. 32.

tores) para lhes ensinarem os salmos e com êles se entregarem à leitura das Santas Escrituras, instruindo-os na lei do Senhor. O ensino era módico, mas constituia oportunidade única para as crianças do campo se iniciarem na aprendizagem da leitura e da escrita. As “Capitulares” de Carlos Magno e os concílios do século IX haviam estabelecido que as escolas paroquiais deviam receber tôdas as crianças sem distinção, proporcionando instrução tanto aos filhos dos homens livres como aos de condição servil (4). Os meninos que pretendessem abraçar o estado sacerdotal, deviam completar os estudos numa escola episcopal ou monástica. Apesar das ordenações carolíngias e conciliares, a instrução decaiu desde os fins do século IX para só se restabelecer no século XII. Testemunha dêsse abatimento escolar para o século XI é Guibert de Nogent (1053-1124), que em sua *Autobiografia* registra a raridade dos gramáticos em sua infância, sendo que os poucos a se encontrarem revelavam escassos conhecimentos (5).

II

Quando São Bento iniciou a vida monástica no Ocidente, não tencionava absolutamente renovar a prática pedagógica nem inaugurar um nôvo tipo de escola para a aprendizagem das artes liberais. Retirando-se para a solidão de Subiáco, o futuro Patriarca dos monges do Ocidente obedecia a íntimo pendor que o inclinava para um estilo de vida, já tradicional no Oriente, por meio do qual assegurasse para si mesmo e para seus seguidores, que logo afluiram numerosos, um ambiente propício ao progresso espiritual. Longe do bulício das cidades, retirado da azáfama peculiar à vida social dos aglomerados humanos, os primeiros beneditinos podiam consagrar-se tranqüilamente ao serviço divino, à prece, à leitura da Sagrada Escritura, ao trabalho manual com o objetivo de unir-se espiritualmente a Deus, tanto quanto é dado a uma criatura fazê-lo neste mundo. A finalidade do monaquismo jamais foi, como se lê em certos compêndios (6), a ascese, o castigo do corpo, o aniquilamento da personalidade.

(4). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 28.

(5). — Guibert de Nogent, *De Vita Sua*, Caput IV, P. L. (Migne), t. 156, cl. 844 A: “Erat paulo ante id temporis, et adhuc partim sub meo tempore tanta grammaticorum raritas, ut in oppidis pene nullus, in urbibus vix aliquis reperiri potuisset, et quos inveniri contingerat, eorum scientia tenuis erat; nec etiam moderni temporis clericulis vagantibus comparari poterat”.

(6). — Por exemplo, Frank Pierrepont Graves, *History of Education*, V. II, *During the Middle Ages and the Transition to Modern Times*, New York, The MacMillan Company, 1910, 328 págs. Cf. pág. 13: “While some importance was thus attached to learning and intellectual development, the main aim of monastic education was the discipline and repression of the body”.

Essa concepção revela desconhecimento total do sentido da vida monástica. O ascetismo não passa de um meio, de um exercício pelo qual o monge busca criar as condições mais propícias para o gênero de vida espiritual que êle abraça. Ora, o preceito da oração, da meditação estabelecido pela Regra supunha nos noviços o conhecimento do latim, imprescindível para a leitura da Bíblia, para a recitação dos Salmos, para o estudo dos Santos Padres. Muitos candidatos, entretanto, que batiam à porta de um mosteiro, não conheciam a técnica elementar da leitura. Daí a necessidade de instruí-los nesse requisito mínimo para a vida do claustro e que originou a escola interna dos mosteiros. Aí os monges ou os oblatos aprendiam os rudimentos da língua, e adquiriam outras informações ou ensinamentos exigidos para o bom desempenho de suas tarefas. Cêdo, desde os albores da ordem beneditina, as famílias começaram a confiar seus filhos aos monges, a fim de que recebessem uma boa educação, longe dos perigos que lhes ameaçavam a fé nas escolas comuns. Assim apareceu a escola externa dos mosteiros para alunos que não se destinavam à vida monástica. O recurso a essa escola acentuou-se em seguida, devido à desorganização paulatina e ao desaparecimento da organização imperial romana do ensino. Durante a primeira Idade Média, só os mosteiros podiam proporcionar instrução, assim como também se tornaram os únicos asilos das letras, o sacrário dos manuscritos antigos zelosamente conservados, copiados com esmero nos *Scriptoria*, salas dos mosteiros reservadas à atividade caligráfica dos monges. Lêem-se nos *Monges do Ocidente* de Montalembert passagens significativas do amor que os monges devotavam ao estudo, aos manuscritos, ao labor intelectual. Por tôda essa atividade cultural e pedagógica dos monges é que se tem escrito que os primeiros quinhentos anos da Idade Média foram, culturalmente, uma idade beneditina. Na *Autobiografia* de Walafrido Strabo, que reproduz seu diário de estudante escrito no início do século IX e reproduzida por Messer em sua *História da Pedagogia*, encontramos referência aos alunos externos de origem nobre ou plebéia que freqüentavam a escola monástica de Reichenau e que depois de um certo curso abandonavam o mosteiro, a fim de voltarem a seus castelos ou aldeias. No período carolíngio os mosteiros foram centros de vida religiosa, intelectual, pedagógica, agrícola e até comercial. Cessara a animação das cidades com o desaparecimento das grandes atividades comerciais e com a constante ameaça das invasões. O castelo era a sede da autoridade feudal, o refúgio para os momentos de perigo, em tórno do qual os camponeses lavravam a terra. Junto do castelo, erguia-se também no campo o mosteiro, núcleo de vida espiritual e social, único abrigo das letras, única escola ao alcance dos interessados naqueles tempos conturbados. Com o renascimento do comércio e a ressurreição das cidades no século XII,

o mosteiro entra a perder sua função prestimosa de agência intelectual, escolar, e as escolas episcopais das cidades os substituem em tal função. O mosteiro não pode acompanhar o surto pedagógico concomitante às transformações sociais da época. Nem podia fazê-lo a não ser que traísse sua missão, pois se era uma “escola” de perfeição espiritual, êle não surgira com o objetivo de assegurar a formação intelectual de crianças e jovens, função profana e temporal, mas que a Igreja chamará a si daí por diante, a princípio por uma imposição natural das coisas, e através dos tempos, por reconhecer que essa tarefa contribui também para o benefício espiritual do educando, para a salvação das almas.

Apesar de perder o monopólio do ensino, de ceder o passo à nova organização das escolas episcopais no século XII, os mosteiros conservaram a tradição das escolas externas até os dias de hoje, prestando um excelente serviço à cultura em todos os quadrantes da terra. Todavia, no século XII êles assumiram, freqüentemente, atitude de desconfiança, e até mesmo agressiva por parte de seus representantes, em relação ao fascínio da dialética que atraía os estudantes para as escolas episcopais. Nos mosteiros a predileção escolar, sem contar as matérias religiosas, girava em tórno da retórica. Os autores clássicos eram lidos e estudados para que em seu vergel se colhessem as flôres que esmaltariam as obras espirituais. Os clássicos eram sobretudo mestres da língua e do estilo, não do pensamento. Êste se regia pelo ideal do monge, Cristo e sua doutrina. Por isso se lê em muitos textos monásticos que *nostra philosophia é a vida cristã*, o evangelho, a conversão interior, a *metanoia*, a penitência. Um monge, bem letrado, como São Bernardo, não entendia uma dialética ou filosofia autônoma, desligada de um objetivo imediato como a contemplação das sublimes verdades da religião, a reverência ao mistério. Essa uma das razões da sua questão com Abelardo, que não foi atacado apenas devido a seus excessos teológicos, a suas temeridades no terreno do dogma. Para Marrou (7), na oposição radical que separa os dois grandes mestres do pensamento medieval encontra-se, pelo menos como componente secundário, a oposição tradicional das culturas retórica e filosófica. Hoje é fácil compreender que êsse episódio exprimia sobretudo o choque de duas mentalidades, o embate de uma cosmovisão essencialmente religiosa e mística com a nova consciência filosófica em ascensão, a superação de um tipo de trabalho escolar por outro mais consentâneo com o progresso intelectual e com as mudanças sociais que abalaram a estrutura do mundo feudal.

Em 817, os abades reunidos no sínodo de Aix-la-Chapelle decidiram que só os oblatos, candidatos à vida monástica, podiam fre-

(7). — Henri — Irénée Marrou, *Saint Augustin et la fin de la Culture Antique*, Paris, E. De Boccard, Éditeur, 1949, 620 págs., pág. 173.

qüentar as escolas dos mosteiros. Os reformadores monásticos dos séculos XI e XII acataram à risca essa prescrição, revelando-se mesmo hostis para com as escolas. A oposição entre estas e o claustro chega a tornar-se um tema literário entre os monges (8). Na França, cluniacenses e cistercienses suprimem as escolas externas ou confiam sua direção a um cônego ou a um clérigo. Em geral, isso não ocorreu nos mosteiros ingleses e germânicos “menos afetados pelas idéias novas”. Simultaneamente com a supressão das escolas externas ocorria na França o declínio das internas. Havia razão para isso. Os filhos incapazes ou defeituosos dos nobres eram enviados para os mosteiros. Quando Pedro Mirmet, abade de Andernes, eleito em 1161, foi tomar posse do cargo, verificou estarrecido que a maior parte dos monges apresentava defeitos corporais. O sagrado retiro albergava coxos, caolhos, remelentos, cegos, manetas. Esse espetáculo de nobres ruínas físicas a povoarem o claustro levou o abade a não mais aceitar nenhum inválido e a estabelecer um exame para todos os aspirantes. Estes deviam aprender a ler antes de entrar para o noviciado. Em Cister exigia-se para o noviço a idade de 15 anos, em Cluny a de 20. A formação abrangia instruções espirituais, leitura e meditação. Esta não se reduzia à pura cogitação abstrata, mas incluía a leitura, a memorização e domínio a fundo de um texto (9).

III

Os clérigos não forraram esforços durante o século XII em prol dos estudos e das escolas. A maior parte dos Capítulos dispunha de uma escola. Os Concílios, desde 1079 até o III de Latrão em 1179, ditam prescrições quanto ao ensino: obrigação para as catedrais de manterem escola, provendo-a de professor que ensine gratuitamente. Ao clérigo incumbe o dever primacial do estudo. Como observa Philippe Delhaye, ninguém melhor que Filipe de Harvengt indicou os deveres dos clérigos para com o saber e o ensino.

O clérigo mal disposto, diz de Harvengt, que não se resolver pelo estudo, deve ser acusado de negligência e preguiça, pois para isto foi escolhido:

“*ut scientia caeteros debeat antecire*. Um clérigo não pode ignorar sem culpa a ciência das Escrituras” (10).

(8). — Ph. Delhaye, *obr. cit.*, pág. 228.

(9). — Dom Jean Leclercq, *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu, Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age*, Paris, Les Éditions Du Cerf, P 1957, 269 págs., pág. 23.

(10). — Philippus de Harvengt, *De Institutione Clericorum*, Tractatus Sex, II De Scientia Clericorum, cap. XXVIII, P. L. (Migne), T. 203, cl. 700 C. 700 D.

Filipe de Harvengt não poupa os clérigos ociosos que, abandonada a escola, só pensam em acumular riquezas e honras, sendo mesmo incapazes de numa reunião arriscar-se ao uso da língua latina.

A escola de São Vitor, embora claustral, diferia profundamente das escolas monásticas, pois era dirigida por cônegos regulares que se filiavam ao movimento de renovação da vida clerical no século XII. Originou-se com Guilherme de Champeaux que, após grande atividade docente, refugiou-se no tranqüilo priorado de uma capela dedicada a São Vitor na planície a nordeste da colina de Santa Genoveva. A pedido de amigos e alunos, reabriu escola, que, de início, recebia todos os clérigos, mas depois se converteu em escola interna para os cônegos regulares da abadia. Este estabelecimento de ensino vai dever sua fama aos egrégios mestres e místicos: Hugo, Ricardo, Godofredo de São Vitor, e outros ainda.

As escolas mais notáveis e assinaladas da época, entretanto, foram as episcopais e as escolas dos capítulos seculares. Estas, em Paris, eram dirigidas pelos clérigos que serviam a uma igreja particular como a Colegial de Santa Genoveva, e aquelas pelos que funcionavam nos Capítulos das Catedrais, como a de Notre Dame da Ilha de França. Foram elas que concentraram o maior número de alunos e constituíram a sede do ensino dialético e teológico. Nelas se formavam os sacerdotes e os futuros dignitários da Igreja. Em 1147 a direção da Colegial de Santa Genoveva passou aos vitorinos, ficando a catedral como o único centro para a educação dos seculares em Paris. Com a atividade docente de Notre Dame efetivou-se, no século XII, a transferência da atividade pedagógica dos monges para o clero secular, “a grande revolução educacional do século” (11).

Dentre os membros do Capítulo da igreja colegial ou catedral um era escolhido para ser o “Escolástico”, que tinha o encargo de velar pela escola. Ora essa função recaía sobre um arqui-diácono, como em Reims e em Angers, ora era confiada a um chanceler como em Chartres, ora ao cantor do Capítulo como em Sens. Às vezes o clérigo encarregado da escola não tinha outra função. Chamava-se, então, *magister scholarium*, *caput scholae*, *magister scholaris*. Quando necessário, o Escolástico podia manter um professor para as matérias elementares. Só ele, o membro eleito pelo Capítulo, podia conceder a licença para o ensino. A extensão dessa licença favoreceu a multiplicação de outro tipo de escolas, as dos mestres agregados. A extensão da *Licentia Docenti* foi imposta pelas necessidades da época. O número dos alunos aumentava extraordinariamente. Os burgos,

(11). — Rashdall-Powicke-Emden, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, 3 vol., Vol. I, Oxford University Press, 1959, 593 págs., pág. 275.

em franco desenvolvimento, reclamavam escolas e muitos alunos almejavam seguir a carreira honrosa e lucrativa do magistério. Daí a instituição da Licença de ensinar aprovada e regulamentada pelos Papas.

IV

As escolas de Paris: a da Catedral, a de Santa Genoveva a princípio, e as dos mestres agregados, destacaram-se sobretudo na dialética e na teologia. As escolas de Orleães tinham predileção pelos poetas e pela *ars dictaminis*. Em Chartres dava-se mais atenção aos autores clássicos e ao quadrívio. Montpellier era, em França, o centro dos estudos médicos. O estudo do direito e da medicina pelos monges e pelos cônegos regulares foi condenado pelas autoridades eclesiásticas. O Concílio Ecumênico de 1139 vergasta a *prava consuetudo* e o detestável hábito de monges e cônegos regulares que, desprezando as regras dos santos mestres Bento e Agostinho, estudam direito e medicina *gratia lucri temporalis*, por ambição das riquezas. Com apostólica autoridade ficou vedado para eles o exercício da advocacia e da medicina (12). Em 1163, um concílio reunido em Tours, sob a presidência de Alexandre III, relembrou tais decisões e ameaçou com a excomunhão os monges e cônegos que, tendo abandonado o mosteiro para estudar direito civil e medicina, não retornassem dentro de 2 meses (13). A razão dessas proibições não era animosidade alguma das autoridades eclesiásticas para com o direito e a medicina e sim a consciência da perturbação ocasionada na vida regular dos mosteiros por essas irregularidades. O monge não optou pela vida contemplativa de oração, de meditação, a fim de viver fora dos mosteiros, curando doentes ou envolvendo-se em processos, sequioso de riqueza. Foram, por conseguinte, os abusos monacais que determinaram as prescrições conciliares e papalinas. Na segunda metade do século, a situação escolar no tocante ao direito e à medicina já começa a evoluir. Giraud, o Cambriano, em 1177, proferiu em Paris conferências sobre o Direito Canônico e alguns anos mais tarde Gilles de Corbeil, aluno da escola de Salerno e que lecionara em Montpellier, veio ensinar medicina em Paris, onde recebeu um canonicato em Notre Dame e o cargo de médico de Filipe Augusto (14).

(12). — Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles d'après les Documents Originaux*, T. V-1, pág. 721, Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1913.

(13). — Ph. Delhayé, *obr. cit.*, pág. 266-267.

(14). — Fliche-Martin, *Histoire de l'Église* — 9 — Raymond Foreville — Jean Rousset de Pina, *Du Premier Concile du Latran à l'Avènement d'Innocent III (1123-1198)*, 2ème Partie, Paris, Bloud et Gay, 1953, 388 págs; Cf. pág. 371 e seguintes.

V

Por direito a Igreja tem jurisdição sôbre a escola. O abade controla as escolas situadas no domínio monástico e do bispo dependem as escolas da diocese. Quando o interessado mudava de residência, trocava também de autoridade. Isso, porém, não impedia as freqüentes interferências de reis, príncipes e senhores nas escolas, na indicação dos mestres, na caça aos benefícios, na escolha dos bispos. A jurisdição eclesiástica não era só territorial como também se estendia ao terreno doutrinário e disciplinar. Em casos extremos fazia-se sentir a jurisdição pontifícia como na questão de Galon e do chanceler Algrin (15).

As condições para o exercício do magistério eram a *Licentia docendi*, os bons costumes e a ortodoxia, como se depreende do precioso documento que é a *Historia Calamitatum* de Abelardo. Para alguém obter a Licença de ensinar era preciso ter estudado durante certo tempo sob a direção de um mestre. Uma carta de Alexandre III aos bispos da França, por volta de 1170-1172, alude explicitamente à concessão da licença pelo *magister scholarum* como a uma prática usual. O poder do Escolástico, todavia, foi limitado por Alexandre III à jurisdição territorial da igreja, mesmo no caso de um capítulo catedralício. A licença devia ser concedida gratuitamente e não podia ser negada sem motivo razoável:

nec docere quempiam, petita licentia, qui sit idoneus, interdicat
(16).

Bourbon, em seu estudo clássico: *La Licence d'enseigner*, examina com precisão o significado do termo escolástico do século VI ao XII nas escolas monásticas e clericais (17). A obrigação impos-

(15). — Paré, Brunet, Tremblay, *obr. cit.*, pág. 65.

(16). — Hefele-Leclercq, *obr. cit.*, T. V-2, pág. 1101.

(17). — Georges Bourbon, *La licence d'Enseigner et le Role de l'Écolâtre au Moyen Age in Revue des Questions Historiques*, Paris, págs. 513-553, Librairie de Victor Palmé, Éditeur, 1876:

"Le résultat de nos recherches peut se résumer dans cette proposition, que les pages suivantes auront pour but de développer: *Il y a eu, au moyen âge, dans chaque diocèse, un personnage chargé spécialement par l'Église d'exercer en son nom un contrôle sur les établissements d'instruction, spécialement en ce qui concerne le choix des maîtres, d'accorder ou de refuser à ceux-ci une licence d'enseigner devenue nécessaire à partir du douzième siècle, et d'imprimer par ce moyen à l'enseignement une direction conforme à l'esprit et aux vues de l'Église.* Nous donnons à ce personnage le nom d'écolâtre, parce que, dans la plupart des textes, il porte en effet cette dénomination, traduction française du mot *scholasticus* par lequel il est généralement désigné dans les documents latins. Il importe toutefois d'observer dès maintenant que, si une unité remarquable existe quant à son rôle et à ses fonctions, les noms qu'il porte varient souvent de diocèse à diocèse. Il suffira de prévenir le lecteurs que par ce terme "Écolâtre" nous désignons ici le personnage qui délivre aux maîtres la *Licence d'enseigner*". Pág. 514.

ta aos mestres de conseguir do Escolástico a licença de ensinar, diz Bourbon, não foi um estôrvo para o ensino, mas salvaguarda, mediante certas condições, que o beneficiavam. A informação prestada pelos escolásticos equivalia à futura função dos graus universitários. A gratuidade da escola era um princípio absoluto, cuja violação constituía um escândalo para o espírito (18). A maioria dos estudantes era pobre e, por isso, o 3.º Concílio de Latrão (11 de março de 1179) em suas disposições sôbre o ensino, base da legislação escolar, prescreve o estabelecimento de um benefício em cada igreja catedral para o sustento de um mestre, a instrução gratuita e a proibição de taxas para a concessão da licença de ensinar (19). O motivo da gratuidade do ensino, todavia, não era só a pobreza dos alunos, como também a idéia de que o saber, *donum Dei*, não pode ser vendido. Isso não impedia os abusos dos dignitários, que se prevaleciam do cargo para locupletar-se com a venda do direito de ensinar.

Quanto à disciplina, o estado clerical dos estudantes deixava-os sob a jurisdição exclusiva dos mestres. Durkheim assevera que o chicote só era usado nas escolas elementares e que, para os “artistas”, já iniciados no estudo das artes liberais, a disciplina aplicada “era de extraordinária doçura. Até o século XV não encontramos sinal de punições corporais”. Pode ser que certos versos goliárdicos aludam apenas a exceções. Revelam, entretanto, que a punição corporal funcionava: se o estudante chegava atrasado à aula, *propter graves alapas privatus est dente*, chegava a perder dentes por causa das bofetadas; *gravi palmiterio tergitur tunc manus*, ficava com as mãos inchadas devido à palmatória; *cruentat et innocens propter virgam anus*, a vara ensanguentava o traseiro inocente, se o capelão não intercedesse a tempo e com êxito...

VI

Ao examinar os processos didáticos em uso nas escolas do século XII, deve-se ter em mente que naquele tempo, quando a imprensa não existia, os livros eram raros e custosos, tão custosos que um missal era trocado por uma vinha, e em 1043 o bispo de Barcelona comprou dois volumes de Prisciano a um judeu por uma casa e um terreno (20).

No século XII vive-se culturalmente da herança greco-romana. A primeira tarefa intelectual que se antolhava aos estudiosos, era a

(18). — Paré, Brunet, Tremblay, *obr. cit.*, pág. 75.

(19). — Hefele-Leclercq, *obr. cit.*, T. V-2, cânon 18, pág. 1101; Lavissee-Luchaire, *Histoire de France Illustrée depuis les origines jusqu'à la revolution*, Tome III, pág. 337, Paris, Librairie Hachette, 1911.

(20). — Haskins, *The Renaissance...* chap. III, pág. 72.

assimilação do patrimônio antigo. A imitação dos bons autores permeava a originalidade do pensamento. O processo básico da assimilação intelectual nas escolas é a *lectio*, a leitura. O mestre, o doutor é o *lector*, *legens*, o leitor, o lente. As artes liberais, o direito civil, a medicina, a filosofia e a teologia eram ensinadas com base nos textos. Ler é sinônimo de ensinar. Proibir no século XIII a leitura de Aristóteles será, de fato, interdizer o ensino público de sua doutrina. O estudo das obras teóricas no trívio era acompanhado pelos dos *auctores*, os modelos e as autoridades em cada matéria. A leitura era regulada pelas normas da *expositio littera*, comentário gramatical da leitura; *sensus*, simples interpretação da *littera*; *sententia*, compreensão profunda do pensamento do autor.

A *collatio* foi um exercício religioso que se trasladou naturalmente para a escola. Era uma conversa em que o mestre esclarecia dúvidas, respondia às perguntas e objeções surgidas durante o comentário. Em oposição à *collatio* havia a *contentio*, discussão estéril que nascia do desejo de ser visto e louvado, e não do amor à verdade. Na universidade, e mesmo desde fins do século XII, a *collatio* se transforma em pregação, *praedicatio*. Pedro Cantor escreve em seu *Verbum Abbreuiatum*:

“O ensino da Sagrada Escritura consta de três elementos: leitura, disputa e pregação (*praedicationem*)” (21).

A glosa era o comentário escrito ao texto; interlinear, quando, escrita entre as linhas, aludia à *littera* e ao *sensus* da exposição; marginal, referia-se à *sententia*. Foi praticada nos textos gramaticais; jurídicos, dialéticos e bíblicos.

A leitura do texto, *lectio*, originava dificuldades literárias e doutrinárias que, por sua vez, suscitavam discussões pró e contra uma sentença, que desembocavam numa solução, *solutio*. Foi assim, gradativo, que da *lectio* dimanou a *quaestio*, questão, estimulada principalmente pelos recursos dialéticos da Lógica Nova. A *quaestio*, entreluzente no *Sic et Non* de Abelardo, configurar-se-á magistralmente na obra de São Tomás de Aquino. E' de notar que o equivalente na obra de Aristóteles da *quaestio* medieval é a *dubitatio*, a *ἀπορία*. Por isso, Boécio a definira: *Quaestio est dubitabilis propositio* (22).

A nova etapa didática, a *disputatio*, a questão discutida, assim como as *quaestiones quodlibetales*, constituir-se-ão por ocasião do pleno florescimento da Universidade e revestirão as obras-primas dos mestres do século XIII.

(21). — Petrus Cantor, *Verbum Abbreuiatum* I, P. L. (Migne), t. 205, 25: “In tribus igitur consistit exercitium sacrae Scripturae: circa lectionem, disputationem et praedicationem”.

(22). — Boetius, *In Topica Ciceronis*, Lib. I, P. L. (Migne), t. 64, 1048 D.

Como se depreende da descrição que João de Salisbury faz do ensino de Bernardo de Chartres (23), o curso mais importante no dia de um estudante era o vespertino com a *lectio* e a *collatio*. O curso matinal, era dedicado à correção dos trabalhos do dia anterior e à recitação das lições. Estas deviam ser decoradas: daí a ênfase nos processos mnemotécnicos: vocabulários, resumos com perguntas e respostas, quadros sinópticos, versos mnemônicos. Afóra êste recurso fundamental e insistente na memória, consequência da raridade dos livros, o ensino consistia em diálogos, discussões e exercícios escritos. Um ensino eminentemente ativo.

*

* * *

CAPITULO IV

UNIVERSITAS MAGISTRORUM ET SCHOLARIUM.

A corporação dos mestres e estudantes.

I

O mundo escolar no primeiro quartel do século XII é dominado pela personalidade vibrante de Abelardo, a quem adiante consagramos atenção especial. A respeito das escolas de Paris, de 1135 a 1148, e de seus ilustres professôres deparamos com preciosa informação na *Metalogicon* de João de Salisbury (1).

Mestre Alberico, dialético, foi adversário ferrenho dos nominalistas. O inglês Roberto de Melun impressionava os ouvintes com a argúcia do pensamento, o brilho e a prontidão das respostas (2). O normando Guilherme de Conches foi expoente da arte gramatical, *grammaticus opulentissimus*. Bernardo de Chartres

“*exundantissimus modernis temporibus fons litterarum in Gália... a mais transbordante fonte do ensino das letras na Gália dos tempos modernos*” (3).

(23). — Joannes Saresberiensis, *Metalogicus*, Lib. I, Cap. XXIV, cl. 853 C, P. L. (Migne), t. 199: De usu legendi et praelegendi; et consuetudine Bernardi Carnotensis, et sequacium ejus.

(1). — As informações do Saresberienese podem ser — encaixadas em ampla perspectiva e completadas pelos trabalhos de: Lesne, *obr. cit.*, pág. 212 e seguintes; Reginald Lane Poole, *Illustration of the History of Medieval Thought and Learning*, Second edition, revised, New York, Dover Publications, 1960, 327 págs; Denifle, *obr. cit.*

(2). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. II, Cap. X, cl. 867 C.

(3). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. I, cap. XXIV, cl. 834 C.

Outro normando, Ricardo, o Bispo, emérito professor de gramática, deixou a grata lembrança de ter sido um homem bom, *vita et conversatione vir bonus*. Pedro Helia lecionou as matérias do trívio e talvez teologia. Outro inglês, Adão, conhecido como Parvi-pontano por ensinar sobre a Ponte Pequena (Petit-Pont) à entrada da cidade, era de penetrante inteligência (*acutissimi virum ingenii*), aficionado das letras (*multaram litterarum*) e notável por seu aristotelismo (4). Guilherme de Soissons era professor de dialética. Gilberto de la Porrée, alumiado professor de lógica e teologia, importante na história da filosofia, escreveu o Livro dos *Seis Princípios*, a respeito de predicamentos e que Poole denomina “um suplemento às categorias”. O inglês Roberto Pulleyn, estimado por São Bernardo, foi recomendável por sua vida e saber (*quem vita pariter et scientia commendabant*). Simão de Poissy, em teologia professor excelente, mas argumentador obtuso (*fidus lector, sed obtusior disputator*) (5). Tancredo, mestre de gramática e Gautier de Mortagne, um dos mestres mais famosos da época.

De 1148 a 1160 temos outra geração de mestres, a qual se abre com o magistério de Pedro Lombardo, o “Mestre das Sentenças”, cujo ensino e obra determinaram o rumo ascendente da teologia escolástica para as culminâncias do magistério universitário de Santo Tomás de Aquino, no século XIII. Desde a segunda metade do século XII, o *Liber Sententiarum* entra a ser lido e comentado nas escolas. Outros professores notáveis desse período: Maurício de Sully, que sucedeu a Pedro Lombardo como bispo de Paris em 1161; Roberto de Melun, professor de dialética e teologia em Paris durante quase quarenta anos; Garnier, gramático.

De 1160 a 1180 repontam os nomes dos mestres Mainier, Albericano, Frederico de Corbeil, Eudes, Georges, Girard de Saint-Denis, Bernardo de Pisa, Guido, o Tesoureiro. Herbert de Boseham, Serlon de Wilton, Odão de Soissons, Simão de Tournai, Gerard Pucelle (inglês), Pedro de Blois, Filipe, Raul de Beaumont, Foulques, Hervé, Gautier de Lille, Simão Lupellus, Jean Beleth, Crispim, Pedro Comestor, o devorador de livros, autor de uma história do Antigo e do Nôvo Testamento, a qual, por ser utilizada nas escolas e apreciada pelos estudantes, foi denominada *Historia Scholastica*. Daí também outro cognome menos dúbio que lhe atribuíram: *Magister historiarum*.

De 1180 a 1200 ressoam em Paris as vozes de Hilduino, que sucede a Comestor como chanceler da Igreja de Paris; de Alano de

(4). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. II, Cap. X, cl. 868 C.

(5). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. II, Cap. X, cl. 869 A.

Lille, o poeta e teólogo que terminou seus dias em Cister; de Pedro Cantor, autor do *Verbum abbreviatum* em que recomenda a seus leitores a brevidade nas exposições e discussões. Em teologia êste se filiava à escola de Laon, que preconizava o estudo tradicional da Escritura e desdenhava as sutilezas dialéticas conforme a tradição de Abelardo e Pedro Lombardo; e também as vozes de Mestre Pedro de Poitiers, o primeiro a tecer glosas sôbre o *Livro das Sentenças* do Lombardo, de Pedro de Corbeil e Nicolau d'Amiens, autor do *Ars fidei catholicae*; do lombardo Prevostin; de Miguel, patriarca de Jerusalém em 1194; de Raul, escolástico da igreja de Colônia, dos ingleses Roberto de Courçon e Estêvão Langton; do normando Raul Ardente. João de Beauvais compôs um *Liber pauperum*, poema mne-motécnico sôbre gramática para ajudar os alunos pobres; João de la Celle foi mestre de artes liberais e Hugo, excelente médico e professor das ciências do quadrívio.

Mestre Gilles de Paris, preceptor de Luís VIII, escreveu um poema em louvor dos sábios de Paris, contestando as acusações de que a cidade era um ninho de sábios estrangeiros:

Audeat immentos commune incessere probrum
Quod nullos habeat urbs Parisiana scientes (6).

Mestre Gilles apresenta nesse poema uma lista de sábios parisienses, na qual já se distinguem as categorias dos *Teólogos*, a grande maioria; *Artistas* como Thibaut, Leão, Adão da Ponte Grande, João da Ponte Pequena; *Juristas* como Filipe, Anselmo, Estêvão; *Médicos* como Gilles de Corbeil, que exercia a profissão de médico e ensinava medicina e escrevia em versos os resumos de suas lições. Seu tratado *Sôbre o Pulso* é dedicado aos alunos e o poema *As Urinas* a seus companheiros de casa. No fim do século XII a medicina, ensinada em Salerno e Montpellier, dava entrada em Paris.

Guilherme, o Bretão, em sua obra *De gestis Philippi* comprova essas informações de Gilles, sem declinar nomes próprios. Em Paris lecionam-se as doutrinas do trívio e do quadrívio, questões de direito canônico e civil, questões médicas e teológicas.

“Em cada um dos ramos, observa Lesne, o ensino abrange desde então em Paris: artes liberais, teologia, direito e medicina, e cada mestre está, ao menos temporariamente, fixado numa ou noutra dessas especialidades”.

Como se pode notar pela enunciação dos mestres, sua procedência variava, o que é bem indicado pelos cognomes. Se havia ilustres parisienses, muitos outros vinham de diferentes partes da França, da Inglaterra e das cidades italianas.

(6). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 253, nota 6.

Ensina Pirenne (7) que os trabalhadores urbanos passaram a organizar-se em confrarias (*fraternitates, caritates*) desde fins do século XI, imitando as guildas comerciais e as associações religiosas formadas em torno das igrejas e mosteiros, com finalidades beneficentes, com seus santos padroeiros e em resposta certamente a necessidades de ordem econômica. Tal associação espontânea dos trabalhadores recebeu, outrossim, reguamentação das autoridades civis e religiosas, convertendo-se, dessa maneira, em corporações (*universitates*) de artesãos urbanos, pela metade do século XII, em grande número de cidades. Nessa época, como diz Taylor (8), a cidadania quase não protegia ninguém entre os muros da cidade. Considerando-se, então, que a população escolar de cidades como Paris, Bolonha e Oxford era cosmopolita, internacional, fácil é de perceber a necessidade que mestres e estudantes sentiam de organização, de aproximação e estreitamento dos vínculos corporativos. Demais disso, como nota Le Goff (9), o intelectual urbano do século XII sente-se como um profissional comparável aos outros artesãos: sua função é o estudo e o ensino das artes liberais. As oficinas são as escolas donde procedem as mercadorias que são as idéias.

O que se conhece da vida escolar do século XII só permite afiançar que as corporações de professôres em Paris estava em formação nos fins do século, mas documento algum assinala que já se encontrassem então organizadas. A corporação dos mestres, *universitas magistrorum, magistrorum communio* só aparece constituída em 1208 com seu estatuto reconhecido e confirmado nessa data por Inocência III, em carta dirigida aos doutores da *sacra pagina*, dos decretos e das artes liberais em Paris (10). Por volta de 1170, diz Rashdall, a sociedade dos mestres parisienses já iniciara uma espécie de existência *however indefinite, inchoate, and rudimentary*. O período de 1150-1170, provavelmente os últimos anos desse período, viu o nascimento da Universidade de Paris (11).

O termo Universidade, por conseguinte, significava, a princípio, associação, fraternidade, guilda de professôres ou estudantes. Não se

-
- (7). — Henri Pirenne, *Histoire Économique et Sociale du Moyen-Age*, édition revue et mise à jour avec une Annexe bibliographique et critique par H. Van Werveke, Paris, P.U.F., 1963, 223 págs. Cf. Ch. VI, pág. 148.
- (8). — Henry Osborn Taylor, *The Medieval Mind, A history of the development of thought and emotion in the Middle Ages*, V. II, fourth edition, London, MacMillan and Co., Limited, 1930, 620 págs. Cf. págs. 409-410.
- (9). — Jacques Le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Age*, Paris, 1957, Éditions du Seuil, 191 págs. Cf. pág. 68.
- (10). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 260: a carta de Inocência III, P. L. (Migne), T. 215, 1585-6: Gaines Post, *Parisian Masters as a Corporation in Speculum*, Vol. IX, number 4, October, 1934, pág. 421-445; Halphen, *Les Origines de L'Université de Paris*, in *A Travers L'Histoire du Moyen Age*, Paris, P.U.F., 1950, 352 págs. Cf. pág. 293.
- (11). — Rashdall-Powicke, *obr. cit.*, pág. 292.

identificava, pois, com a expressão *Studium Generales*, que se torna comum no resto do século XIII. *Studium* era a escola ou a cidade em que estava situada e o adjetivo *generale* não acrescentava a idéia de totalidade de matérias a serem ensinadas, mas a de um local para onde acorriam estudantes de tôdas as partes. *Generale*, portanto, indica a Universalidade da procedência dos alunos e não universalidade de assuntos ou disciplinas. O *studium parisiense* em seus melhores dias não contou com faculdade de leis, não foi universal pelo ensino, sem embargo de o ser pela atração que o ensino teológico exercia sôbre os estudantes da Europa.

Desde os tempos de Abelardo, Paris tornou-se meca intelectual, a máxima sede da Cristandade para o ensino da Teologia. Não só os estudantes como os mestres eram imanzados pela formosa e acicalada Ilha de França, que derramava pela margem esquerda do Sena os tesouros da sabedoria. João de Salisbury relata os versos nos quais Bernardo de Chartres, *senex Carnotensis*, assinalava as chaves do saber, *discendi claves*:

Mens humilis, studium quaerendi, vita quieta,
Scrutinium tacitum, paupertas, *terra aliena*,
Haec reserare solent multis obscura legendo (12).

A partir do capítulo XIII do 3.º livro de seu *Didascalicon*, Hugo de São Vitor comenta êsses versos, explicando-lhes o alcance. O último capítulo é dedicado à *terra aliena*, terra estrangeira. Sim, de longínquas terras vinham mestres e estudantes para Paris, como êsse alemão que escreveu o *Didascalicon* e que aí confessa:

“o mundo inteiro é solo estrangeiro para aquêles que filosofam”.

II

A *Historia Calamitatum* de Pedro Abelardo é um dos mais admiráveis documentos que o século XII legou à posteridade (13). Junto com o *Metalogicon* de João de Salisbury constitui notável mina de informações sôbre a vida escolar da época. Vejamos o que essa carta autobiográfica desvenda a respeito do papel de Abelardo no palco das escolas, êsse Abelardo que, no certo dizer de Coulton (14), foi o “João Batista do movimento universitário”.

(12). — Salisbury, *Polycraticus*, P. L. (Migne), T. 199, L. VII, Cap. 13, cl. 666.

(13). — *Historia Calamitatum*, texto crítico de J. T. Muckle C. S. M., *Mediaeval Studies*, Vol. XII, 1950, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, Toronto, Canadá, págs. 163-213.

(14). — G. G. Coulton, *Medieval Panorama*, New York, Meridian Books, 1957, 801 págs. Cf. chap. XXXI: “He died in 1142, as the John Baptist of the university movement”, pág. 394.

Abelardo nasceu no burgo do Pallet, perto de Nantes, na Bretanha, em 1079 e atribuiu seu talento literário à terra natal e à família. Neste lanço inicial da epístola colhe-se um pormenor muito sugestivo. O pai de Abelardo possuía uma tintura de letras (*litteris aliquantulum imbutum*) antes de afivelar o cinturão de soldado, e inflamou-se por elas de tal paixão, que resolveu proporcionar a todos os seus filhos educação literária. Este passo revela que o gosto pelo estudo e o interesse pelos livros podiam vicejar e ser cultivados nesse tempo por rudes cavaleiros afeitos ao manêjo da espada. Sendo o filho mais velho, Abelardo mereceu do pai os melhores desvelos em prol de sua formação literária e entusiasmou-se tanto pelos estudos que renunciou à gloriosa cintilação das armas, à sua parte na herança, aos privilégios de primogênito e abandonou definitivamente a côrte de Marte para ser acalentado no seio de Minerva: *Martis curiae penitus abdicarem ut Minervae gremio educarer*. Como preferisse a dialética entre os ensinamentos da filosofia, trocou as armas da guerra pelas da lógica e antepôs aos troféus das batalhas os choques das discussões. Percorria as províncias em busca dos centros em que se cultivasse a dialética, sempre a discutir, tornando-se um êmulo dos peripatéticos. Chegou finalmente a Paris onde se fêz discípulo de Guilherme de Champeaux, famoso mestre de lógica. Isso por volta de 1100. Mas aí Abelardo entrou a se incompatibilizar com o mestre e os discípulos mais adiantados porque, sendo o mais jovem e o último a chegar, a todos levava as lampas, argumentando contra êles vitoriosamente. O que neste lanço da epístola parece vaidade e ostentação, não deixa de ser uma confissão sincera de justos desempenhos: Abelardo refutava com êxito o realismo exagerado de Guilherme na questão dos Universais, como já acutilara fundo o nominalismo de Roscelino.

Hinc calamitatum mearum... coeperunt exordia. Daqui principiaram minhas desventuras.

Muito jovem ainda, Abelardo acalentava o sonho de dirigir uma escola, imaginando para local de seu curso a cidade de Melun, residência real. Guilherme, ao saber disso, lançou mão de tôdas as tretas para frustrar-lhe os projetos. Mas Abelardo triunfou, e suas lições lhe valeram tal reputação de dialético, que a fama de Guilherme, deu de murchar. Animado com tal êxito, Abelardo mudou a escola para Corbeil, perto de Paris, mas adoeceu devido ao trabalho excessivo e teve de buscar repouso na terra natal. Nesse interim, Guilherme, tanguido por piedosas aspirações, ou pela ambição, como insinua Abelardo, recolheu-se ao mosteiro de São Vitor, foi eleito bispo de Châlons, continuando, porém, a dar suas aulas em Paris. Abelardo retorna, então, para com êle estudar retórica. A explanação desta disciplina,

desaparecia por fôrça das discussões dialéticas, e tanto argumentou Abelardo, que levou o mestre a mudar de opinião na questão dos Universais e a renunciar ao ensino. O substituto de Guilherme, diminuído por sua vez, ofereceu sua cátedra a Abelardo, Guilherme, porém, fêz com que seu sucessor fôsse destituído, privando assim Abelardo do curso que estava a reger, fato que ilustra muito bem o funcionamento administrativo das escolas de Paris e a questão da licença de ensinar. Abelardo, tornou a reabrir escola em Melun. Como Guilherme se retirasse com seus discípulos para o campo, a pequena distância da capital, Abelardo reentrou em Paris e abriu escola na colina de Santa Genoveva. Isso fêz Guilherme retornar às pressas a seu antigo claustro, passando seus alunos a discutir com os de Abelardo, cuja glória crescia. Nosso jovem filósofo dirige-se, então, para a Bretanha, a pedido de sua mãe, Lúcia, a fim de assistir à tomada de hábito de seu pai Berengário, no que logo o seguiu a espôsa (outra nota preciosa para os costumes do tempo). Aí Abelardo resolve estudar teologia com o mestre mais categorizado que existia, Anselmo de Laon. Foi uma desilusão. O venerando ancião não ia além das pernas, devia sua fama antes à rotina que ao engenho e à memória. No dizer pitoresco de Abelardo “quando acendia o fogo, enchia a casa de fumo, sem a iluminar”. Foi, então, que Abelardo se arvorou em professor da *sacra pagina*, comentando um trecho difícil de Ezequiel. Foi um triúfno. Anselmo, indignado, passou a perseguir-lo devido às suas lições de teologia, como Guilherme o fizera para a filosofia. Abelardo ganha, então, Paris e começa a ensinar teologia, que não estudara, confiante em seu poder dialético, prosseguindo em seus comentários sôbre Ezequiel. Sua fama alastra-se pela Europa. Os discípulos afluem das regiões mais distantes, da Normândia, da Bretanha, da Inglaterra, de Roma, “do país dos suevos e dos teutões”. Abelardo chegara a contar, diziam, com cinco mil ouvintes, dentre os quais saíam mais tarde dezenove cardeais, mais de cinqüenta bispos ou arcebispos, um Papa, Celestino II, e o célebre tribuno Arnaldo de Bréscia (15). Abelardo colhia glória e dinheiro. Julgava-se o único filósofo do mundo: *cum iam me solum in mundo superesse philosophum aestimarem*. Mas, confessa, quanto mais avançava no caminho da filosofia e da teologia, mais se afastava, pela impureza dos costumes, dos filósofos e dos santos. Era devorado pela febre do orgulho e da luxúria. A graça divina, porém, curou-o, diz êle, da luxúria, privando-o dos meios de satisfazê-la e do orgulho com a condenação de seu livro em Soissons (16). E’ en-

(15). — Vacandard, *Abélard in Dictionnaire D'Histoire et de Géographie Ecclésiastique*, T. I, Paris, Letouzey et Ané Éditeurs, 1912, cl. 73.

(16). — No Concílio de Soissons, em 1121. Abelardo foi obrigado a queimar com as próprias mãos seu livro “De Unitate et Trinitate Divina”.

tão que Heloísa entra em cena e Abelardo conhece o paraíso do amor para logo amargar o inferno da humilhação.

Após a mutilação, Abelardo continuou com as aulas, notabilizando-se especialmente pela aplicação do método dialético à teologia. Empolgava os discípulos, tornando-se, entretanto, vítima de uma campanha difamatória por parte de Roscelino, Alberico e Lotuifo de Reims, o que o levou à condenação no concílio de Soissons. Aí andou a mão da inveja e da perfídia dos mesquinhos e incompetentes, a quem fazia sombra a fama de Abelardo. É verdade que o filósofo do Pallet se excedera em suas lições de teologia e resvalara em impropriedades de linguagem e em erros doutrinários. Seus adversários, que se prezavam de ortodoxos, aproveitaram a deixa para extravasar dormidos ódios e ciúmes. Foi condenado sem ser ouvido e enclausurado no mosteiro de São Medardo. Por isso, diz Rémusat (17), a sentença do concílio, que a lógica absolutamente não condena, permanece uma iniquidade.

O legado papal, que atribuíra a condenação de Abelardo “à inveja dos franceses”, fez com que fôsse removido para o mosteiro de São Dionísio em Paris. Aí Abelardo se incompatibilizou com os monges, pois de suas leituras coligira que Dionísio, o Areopagita, nunca estivera na França, com o que feria o pedestal que a tradição levantara para a glória do mosteiro. Os monges se enfureceram com o espírito crítico de nosso árdego dialeta, que se transportou para o priorado de Saint-Ayoul, em Provins, sob a proteção de Thibaut, conde de Champagne. Daí trasladou-se para um lugar deserto no território de Troyes, perto de Nogent-sur-Seine, onde construiu um oratório, o Paráclito, consagrado à Santíssima Trindade. Logo foi descoberto pelos alunos, que acorriam sequiosos de suas lições. O êrmo se povoou de choupanas e o Oratório contou com mãos numerosas que o alongaram e enrijeceram. Tal ensino campestre durou de 1122 a 1125. Acossado por seus inimigos, Abelardo vai ter à abadia de São Gildas, numa região selvagem da Bretanha, como pastor de uma malta de monges brancos e saiafrários, que tentaram assassiná-lo várias vezes. Abelardo acabou optando pela fuga. Em 1136 vamos encontrá-lo de nôvo na colina de Santa Genoveva, onde contou entre seus discípulos a João de Salisbury e quando reeditou seus dias de glória e fascínio intelectual. Durante êsses anos redigiu e publicou muitas obras. Repentinamente, nova tormenta vem se abater sobre ele. Seus livros: *Introdução à Teologia* e *Teologia Cristã*, trazem-lhe ao calço Guilherme de Saint-Thierry e São Bernardo, cujo olfato ortodoxo farejara o cheiro acre da heresia nessas obras do luminar

(17). — Charles de Rémusat, *Abelard*, T. I, Paris, Librairie Philosophique de Ladrange, 1845, 509 págs. Cf. pág. 98.

de Santa Genoveva. Abelardo comparece perante o concílio de Sens em 1141. Era uma augusta assembléia em que a corôa real de Luís VII fulgurava entre as mitras e os barões. Abelardo pretendia defender-se, discutindo com São Bernardo. Este, porém, limita-se a ler uma lista de proposições extraídas de seus escritos, intimando-o a que as renegue ou as desdiga. Abelardo apelou para o Papa e retirou-se. O concílio então condenou-lhe as proposições, reservando ao papa o pronunciamento sôbre a pessoa do autor. Abelardo parte para Roma, mas em Lyon vem a saber que Inocêncio II confirmara a sentença conciliar, condenando-o à clausura num mosteiro. Abelardo apelara e foi condenado sem ser ouvido. Não fôra à-toa que São Bernardo bombardeara o Papa e a cúria romana com suas cartas inflamadas contra o nôvo Golias. Pedro, o Venerável, de Cluny, essa figura portentosa do século XII, acolhe o ancião alquebrado, que é o nosso filósofo, com tôda a caridade, faz com que se reconcilie com São Bernardo, cerca-o de carinho no priorado de São Marcelo, onde Abelardo falece a 12 de abril de 1242. Tal foi o grande homem cuja eloquência e saber prepararam o movimento que deu origem à Universidade de Paris. Tal foi, com pena alígera, a trajetória coruscante e aflita do maior gênio e do professor mais brilhante do século XII. Das obras que redigiu, além das citadas, merecem reparo o *Sic et Non*, primeiro registro do método escolástico incipiente, os *Comentários sôbre a Epístola de São Paulo aos Romanos*, a *Ética* ou *Scito te ipsum*, o *Diálogo entre um Filósofo, um Judeu e um Cristão*, a *Dialética*, além de vários opúsculos de lógica.

Sôbre seu túmulo Pedro, o Venerável, fêz inscrever um epitáfio em que lhe chama “o Sócrates da Gália, o nosso Aristóteles”:

Gallorum Socrates, Plato maximus Hesperiarum,
Noster Aristoteles, logicis quicumque fuerunt
Aut par aut melior, studiorum cognitus
Princeps...

III

Como viviam os estudantes do século XII? Nem sempre é fácil distinguir os relatos da vida estudantina nessa época dos referentes ao século XIII. Comumente os livros apresentam aspectos da vida escolar atinentes à vida universitária prôpriamente dita, ou seja, desde que a Universidade já se acha plenamente organizada com suas faculdades, nações, hierarquia, graus e tradições. Muitas dessas práticas do século XIII de fato remontam ao século anterior. Podemos, todavia, rastrear algo dos costumes escolares no século XII, através de indicações fornecidas por cartas, sermões e poesias. Vimos atrás

que Abelardo renunciou à carreira militar por amor aos estudos. Doutra feita é um estudante que desiste do estudo para se dedicar à vida das armas ou dos negócios. Assim, numa carta um estudante implora ao pai que se disponha a transferi-lo do estado clerical, ou seja, de estudante, para a dignidade da carreira militar, *ad decus milicie, ad quod meus, valde suspirat animus* (18). Outro confessa que não consegue aprender e por isso o pai deve providenciar sua trasladação para outro mister conveniente, ao que o pai replica que, em voltando, o filho irá negociar como seus irmãos: *negociando, lucraberis, sicut faciunt fratres tui*. Haskins observa que a maior parte da correspondência medieval chegou até nós, não como mementos pessoais ou fontes de informação histórica, mas como modelos para futuros epistológrafos. Já vimos no capítulo II, que os *dictatores* eram professores de valiosa arte de escrever cartas. Contudo, como nos lanços supracitados, sempre escapam dêsses formulários retóricos alguns apontamentos sôbre a vida de seus autores. Dos passos epistolares apresentados por Haskins colige-se que os estudantes viviam a pedir dinheiro e roupas aos pais e parentes. Lamentavam a penúria em que viviam, queixavam-se do frio, da fome e imploravam o auxílio para pagar o quarto e comprar livros. Outras cartas, de professores aos pais, desvelam as farras a que se entregavam muitos estudantes, o gôsto da taberna e do lupanar, traços peculiares não só aos estudantes daquela época como aos estudantes de todos os tempos. Lembra Haskins que

“os formulários refletem o lado mais virtuoso da vida estudantil e para uma descrição mais adequada de seus vícios e violência devemos nos voltar para os registros das côrtes, para a literatura Goliárdica e para as vigorosas denúncias dos pregadores contemporâneos” (19).

Dois sermões memoráveis dirigidos aos clérigos (estudantes) de Paris foram os que São Bernardo alí pronunciou a convite do bispo Estêvão de Senlis em 1140. De vários passos dêsse tratado bernardino (20) colhem-se aspectos da vida pecaminosa dos estudantes de então:

-
- (18). — Charles Homer Haskins, *Studies in Mediaeval Culture*, New York, Frederick Ungar Publishing Co., 1929, 294 págs., chap. I, *The Life of mediaeval students as illustrated by their letters*. Cf. pág. 21, nota 1.
- (19). — *Idem*, pág. 34. Veja-se a carta de Pedro de Cella (1115-1183) escrita a João de Salisbury em 1164, e na qual alude aos perigos que ameaçavam as almas dos estudantes parisienses: “O Parisius, quam idonea es ad capiendas et decipiendas animas! In te retiacula vitiorum, in te malorum decipula, in te sagitta inferni transfigit insipientium corda”. Garin, *Geschichte und Dokumente...* pág. 254, Cf. nota 12 do Cap. I.
- (20). — S. Bernardi Abbatis, *De Conversione ad Clericos*. Sermo seu Liber, P. L. (Migne), T. 182, cl. 833-856.

“... quem aprovará, esbraveja o santo, os jejuns daquêles que jejuam para contendas e brigas e ferem impunemente com o punho?”.

Bernardo estraleja em boa retórica contra a gula, os excessos na bebida, a vaidade, a avaréza, o ócio, o roubo, a licenciosidade, os espetáculos frívolos. Deleites carnais e riquezas, martela o Campeão da fé, são coisas enganadoras e transitórias. Repreende os ambiciosos que usurpam as funções sagradas da Igreja, os incontinentes que profanam as ordens sagradas.

“Em nenhum outro lugar, escreve o cisterciense Ailbe Luddy, referindo-se ao Tratado da Conversão (21), a sua linguagem é tão terrível, nem se assemelha tanto à dos graves profetas de outrora”.

O espêlho mais fiel, entretanto, dos desregramentos escolares reluz nas poesias goliárdicas. Os Goliardos foram estudantes que vagavam de cidade em cidade, de copo em punho, perambulando pelas escolas e pelas estradas, freqüentadores assíduos das tabernas e bordéis. Muitos eram poetas, cujas coplas ressoavam nas côrtes de príncipes da Igreja, quando não ultrapassassem certos limites, mas que, em geral, ecoavam de preferência nas tabernas e conventículos estudantis, dada sua irreverência e a mordacidade peculiar. A literatura dos Goliardos constitui parte da literatura profana em latim, desde a metade do século XII ao fim do século XIII (22). Seus autores foram multidão, na maior parte anônimos. Eram monges vagabundos, infiéis à *stabilitas* da regra beneditina, aquêles a quem São Bento já aludia denominando-os *giróvagos*

“sempre vagando e nunca estáveis, escravos das próprias vontades e das seduções da gula...” (23);

eram clérigos seculares que abandonavam a diocese sem permissão do bispo, ou simples estudantes que elegiam por pátria a poeira da estrada, por lar a taberna e por ideal o vinho, as mulheres e a música.

A vida dos Goliardos reflete-se em suas poesias. Uma descreve a vida do estudante esbofeteado e chicoteado por se atrasar para as aulas ou mendigando o sustento, vagabundo, entregue aos jogos de azar:

In taberna quando sumus,
non curamus quid sit humus,

-
- (21). — Ailbe Luddy, *Bernardo de Claraval*, trad. de Eduardo Saló, Lisboa, Editorial Aster, 1959, 607 págs. Cf. pág. 349.
- (22). — Olga Doblache-Rojdesvensky, *Les Poésies des Goliards*, Paris Les Éditions Rieder, 1931, 271 págs; Helen Waddell, *The Wandering Scholars*, London, Constable, 1952, 331 págs.
- (23). — *Regra de São Bento*, trad. e notas de D. João de O. Ribeiro Enout, O.S.B., Salvador-Bahia, Tipografia Beneditina, 1958, 176 págs. Cf. pág. 16.

sed ad ludum properamus,
cui semper insudamus...

Quando estamos na taberna, não curamos das preocupações terrestres, mas corremos para o jôgo, infatigável labor.

Ibi nullus timet mortem,
sed pro Bacho mittunt sortem.

Aí ninguém receia a morte; todos confiam a Baco seu destino. Outra faz o elogio do vinho:

Vinum bonum et suave,
bonis bonum, pravis prave,
cunctis dulcis sapor, ave,
mundana laetitia!

O' vinho bom, saboroso, bom para os bons, mau para os maus, sabor suave para todos, salve, alegria do mundo!

Felix venter quem intrabis,
felix lingua quam rigabis,
felix os quod tu lavabis,
et beata labia!

Feliz o ventre em que desces, língua feliz a quem regas, feliz a bôca que lavas, ó lábios bem aventurados!

Mas os Goliardos também sabiam enaltecer a natureza e o amor das mocinhas puras:

Spaciari dulce est
per loca nemorosa;
dulcius est carpere
iam liliium cum rosa;
dulcissimum est ludere
cum virgine formosa.

E' doce passear pelos bosques; mais doce colhêr aqui um lírio, ali uma rosa; dulcíssimo divertir-se com formosa donzela.

Ludo cum virginibus,
horreo corruptas,
et cum meretricibus
simul odi nuptas.

Brinco com as virgens, tendo horror às defloradas, detesto as meretrizes como as mulheres casadas.

Obmittamus studia
dulce est desipere,
et carpamus dulcia
iuventutis tenere.

Res est apta senectuti
seriis intendere.

Larguemos nossos estudos, é doce fazer loucuras, gozemos dos favos da juventude. Deixemos as coisas sérias para a velhice.

Alguns desancavam a dialética:

O ars dialectica,
nunquam esses cognita
que tot facis clericos
exules ac miseros!

O' arte da dialética, oxalá nunca fôsses conhecida, tu que tornas exilados e infelizes tantos clérigos!

Uma quadra famosa consagra o vício da bebida:

Meum est propositum in taberna mori,
ut sint vina proxima morientis ori.
Tunc cantabunt laetius angelorum chori:
"Deus sit propitius huic potatori".

Tenciono morrer na taberna onde os vinhos estão perto da bôca do moribundo. Então os Coros angélicos entoarão alegres: "Deus seja clemente com êste bebereão".

As poesias goliárdicas afloraram ainda outros temas de predileção: o Papa, e a côrte romana, os bispos, os párocos, os monges. São versos sarcásticos, irreverentes, críticos:

Ubi bene pascatur monachus, nil
amplius optat
superbo et insatiabili corde.

Quando o monge se alimenta bem, nada mais deseja em seu coração soberbo e insaciável.

Sic igitur sperant caelestia regna mereri?
Non sic impii, non sic!

Não nos esqueçamos, todavia, que os Goliardos viviam à margem da vida intelectual, não representavam sequer o estudante mediano do século XII, embora suas poesias reflitam as desordens da vida escolar. O estudante mediano praticava-as no mesmo estilo, enquanto os Goliardos se distinguiam pela *constante* irregularidade dos costumes (24).

Abelardo teria sido Goliardo?

(24). — Não obstante o que declarei quanto ao século XII, Jacques de Vitry apresenta uma triste descrição da vida dos estudantes de Paris no início do século XIII: "Gloriam-se da embriaguez, da libertinagem, das brigas, assuadas e até do assassinio". Frédéric Hurter, *Tableau des Institutions et des Moeurs de L'Église au Moyen Age*, traduit de l'allemand par Jean Cohen, tome III, Paris, Debécourt, Libraire Éditeur, 1843, 595 págs., Cf. pág. 419.

‘S’il fut Goliard, diz Le Goff (25), Pierre Abélard, gloire du milieu parisien, a signifié et apporté bien davantage”.

Maurice de Gandillac contesta veementemente qualquer parentesco de Abelardo com os Goliardos, irreverentes, desrespeitosos e de bom grado parasitas (26). Apesar disso, muitos reputam ter havido um certo parentesco, embora longínquo, entre Abelardo e os Goliardos, pelo menos em certa época de sua vida. Não confessa êle próprio que no auge de sua glória se entregou ao orgulho e à luxúria, embora tivesse aversão pelos comércios impuros, *Scortorum immunitiam semper abhorrebam?* Não menos verdadeiro é que com a prosperidade, *frena libidinis cepi laxare*, começou a relaxar os freios às paixões (27). Que certos traços da vida de Abelardo o aproximem dos Goliardos não é duvidoso, embora jamais tenha descido aos excessos já desenhados. Heloísa afirma em sua primeira carta (28):

“Confesso que tinhas dois talentos com que podias imediatamente seduzir os corações de tôdas as mulheres: o talento de poeta e o de cantor, que raramente, ao que sabemos, foram possuídos por outros filósofos. Com êsses dons, para repousar dos trabalhos filosóficos, compuseste tantos versos e cantos de amor, repetidos por tôda parte, devido à suavidade da letra e da música, que conservavam incessantemente teu nome nos lábios de todos, mesmo dos iletrados, que não te esqueciam graças à doçura das melodias. Era por isso principalmente que as mulheres suspiravam por teu amor e como a maior parte dêsses versos proclamassem nossas venturas, em pouco tempo me tornei conhecida em muitos rincões, o que suscitou contra mim a inveja de muitas mulheres”.

Nem todos os estudantes eram debochados, vadios ou crápulas. Muitos dêles usavam e abusavam da liberdade, provocavam os burgueses, aproveitavam-se de suas mulheres e filhas, rixavam com as autoridades, atroavam a noite de clamores, desrespeitavam a propriedade, cometiam excessos que freqüentemente terminavam em morte. Foi devido às desordens provocadas, e à reação dos burgueses que se fêz necessária a intervenção repetida do rei e do papa com os privilégios que entraram a caracterizar a corporação dos estudantes. Tal como seus mestres, êstes procediam de várias regiões da Europa. No

(25). — Le Goff, *obr. cit.*, pág. 40.

(26). — Maurice de Gandillac, *Sur Quelques Interprétations Recentes D'Abélard*, in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, IVe Anné, N° 3, Juillet Septembre, 1961. Cf. pág. 299, nota 24.

(27). — Abélard, *Historia Calamitatum*, Texte critique par Monfrin, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1959, 125 págs., alínea 256.

(28). — Heloísae suae ad ipsum deprecatoria, ed. Muckle, *Mediaeval Studies*, Vol. XV (1953), pág. 71-72: “Duo autem fateor tibi specialiter inerant quibus feminarum quarumlibet animos statim allicere poteras, dictandi videlicet et cantandigratia quae caeteros minime philosophos assecutos esse novimus”.

século XII já se congregam em Paris os estudantes oriundos das mesmas províncias, dando início espontâneamente às “nações”, que se organizarão no século seguinte. Na cidade dos estudantes desenha-se o mesmo espetáculo que se podia apreciar nas feiras de Troyes (29). Aqui se via uma casa de alemães, e mercados e hotéis dos comerciantes de Montpellier, Barcelona, Valença, Lérica, Rouen, Borgonha, Picardia, etc. Em Provins havia o quarteirão dos lombardos, o *Vicus Allemanorum*, como em Lagny o *Vicus Angliae*. O mesmo se passou com os estudantes de Paris. Os clérigos da mesma origem, até por necessidade, visto se encontrarem em terra estranha, buscavam estreitar os laços da solidariedade regional. No século XII a nação inglêsa compreendia os estudantes de língua inglêsa (inglêses, escoceses, irlandeses) e outros estudantes não franceses: alemães, flamengos, escandinavos, eslavos e húngaros (30). Das partes da França provinham normandos, picardos, sendo mais numerosos os galicanos: estudantes de Paris e seus arredores, além dos italianos e, mais tarde, os espanhóis.

Testemunho eloqüente e autorizado sôbre a situação dos estudos no fim do século XII depara-se-nos em dois sermões de Alano de Lille, que lecionou em Paris, e tal como Teodorico de Chartres, terminou seus dias em Cister. O primeiro sermão é uma “Exortação à doutrina” e encontra-se na *Suma sôbre a arte da pregação* (31). Das invectivas de Alano pode-se deduzir fãcilmente o estado de coisas no terreno dos estudos que nêle provocou a fúria parenética. Ponto líquido e certo é sua convicção a respeito da inanidade das ciências profanas e do valor absoluto e ideal dos estudos religiosos, da Sagrada Escritura. Êle não consegue sopitar a indignação, ao atentar para o fascínio que os estudos profanos exercem sôbre os clérigos, ao verificar o crédito nas côrtes daqueles a quem bafejara a fortuna. O início de certa secularização em áreas de estudos e de interesses profissionais, afigura-se-lhe infâmia e aviltamento para o estilo da vida clerical, especialmente quando essa ocorrência era acompanhada, a seu ver, por máculas de ordem moral.

“Os clérigos de nosso tempo, exclama, seguem mais a escola do Anticristo que a de Cristo; dedicam-se mais à gula que à lingua; colecionam libras em vez de livros; contemplam com mais prazer Marta que Marcos”.

(29). — Firenne-Cohen-Focillon, *La Civilisation Occidentale au Moyen Age du XIe au Milieu du XVe Siècle*, Paris, P.U.F., 1941, 705 págs. Cf. pág. 91.

(30). — A. L. Gabriel, *English Masters and Students in Paris During the XIIth Century*. Extrait des *Analecta Praemonstratensia*, T. XXV, 1949, Tongerlo (Anvers), Imprimerie Saint-Norbert, s. d., 50 págs. Cf. resenha por Van Steenberghen, “*Revue Philosophique de Louvain*”, T. 52-1954, Compte Rendu, pág. 481.

(31). — Alanus de Insulis, *Summa de Arte Praedicatoria*, Cap. XXXVI, Exhortatio ad doctrinam, Migne, PL t. 210, cl. 179-181.

Ao dizer que

“tôda a ciência envilece, tôda aula é tediosa e não existe quem leia livros”,

deve-se entender que êle se refere à indiferença notada quanto aos estudos teológicos. A Escola de Cristo está abandonada, pois ela consiste em vida e doutrina; ora, a verdadeira vida à desprezada e a doutrina sepultada. Se alguém estuda, já não tem a Deus por meta, mas busca lucro monetário ou favor humano. Nas aulas, nos estudos não se procura Cristo, e sim o dinheiro; não se busca o céu, mas a terra. Alano compara estudantes dêsse naipe a sedutores, porque

“corrompem as inocências virginais, prostituindo-as por ambição do lucro”.

O mais espantoso, porém, *omni monstro monstruosius*, é que estudantes vendam os ouvidos para ouvir e os doutores comprem-nos a fim de exporem jactanciosamente a sua ciência. A teologia venal se prostitui e, por causa do lucro, toma o lugar da meretriz.

Outrora, prossegue Alano em sua objurgatória, honravam-se os mestres; agora são conceituados os insensatos e os tolos; não se procura saber o que existe no “armário” da mente e sim no “erário”. — A quem se presta homenagens? — aos ricos; os doutores são desprezados. — Quem frequênta os palácios dos reis? — os endinheirados; os homens de letras são excluídos da côrte. Honra-se a família de Creso, despreza-se a família de Cristo.

Noutro sermão, dirigido a estudantes (32), *ve vobis qui transitis*, Alano continua no mesmo tom.

“Deus dirige-se a nós, pobres clérigos, e fala de nossos vãos e frívolos estudos, a nós que abandonamos a teologia e corremos atrás das ciências vãs e transitórias, a nós que desprezamos a ciência celeste e seguimos a vã filosofia, e, o que é pior, abandonamos a pátria celestial, preferindo os negócios terrenos”.

O clérigo que assim procede, esbraveja Alano, é um apóstata, um mercenário, pois êle não deve cobiçar o dinheiro como os legistas e os médicos nem perseguir a vanglória como os gramáticos e os dialéticos. Que lástima verificar-se como alguns consagram a flor da juventude à ciência natural e a ferrugem da velhice à teologia, como tantos são provectoros nas ciências liberais e velhos balbuciantes em teologia.

(32). — Alano de Lille, *Sermo de Clericis ad Theologiam non Accedentibus* in “*Alain de Lille-Textes Inédits*” avec une Introduction sur sa vie et ses oeuvres para Marie-Thérèse d’Alverny, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1965, 382 págs. Vide pág. 274 e seguintes.

Tal sermão constitui, sem dúvida, um libelo contra muitos clérigos que descuravam das suas obrigações, um retrato de muita gente que se notabilizava pela incúria nos estudos e pelo afã da fortuna, mas inegavelmente êle também atesta que entre os “clérigos” ou estudantes, já se fazia sentir a inclinação para um gênero de vida não eclesiástica, para carreiras liberais do ensino e da pesquisa na filosofia e nas letras, coisa muito natural nessa reviravolta da história em fins do século XII, nessa madrugada côr-de-rosa da Universidade de Paris.

Guilherme de Conches, que lecionou em Paris por volta de 1122, esboçou no fim de seu tratado enciclopédico *De Philosophia Mundi* (33) as figuras ideais do professor e do aluno. Pelas qualidades que êle exige de ambos pode-se fazer idéia também dos seus defeitos, que Guilherme deve ter percebido por experiência própria no trato com sus colegas e discípulos.

Quem se dedica ao ensino, diz êle, deve notabilizar-se pelo amor à sabedoria, e não proceder em busca de louvores ou na esperança de compensação temporal. Se o mestre ama o próprio louvor, é certo que nunca deseja a perfeição para o discípulo, e por isso sonega ensinamentos, a fim de não ser igualado ou superado naquilo que mais ama. Se o objetivo do professor é apenas o lucro, não se preocupará com as lições, enquanto extorque dinheiro aos alunos. Muitas vêzes agradam mais as ninharias que as noções úteis. O professor que se consagra ao magistério tangido pelo amor do saber, não subtrairá ensinamentos aos alunos, por causa da inveja, nem fugirá à verdade conhecida em vista de alguma extorsão, nem deixará de cumprir com suas obrigações, mesmo que a maior parte de seus colegas seja constituída por indivíduos relapsos, mas, pelo contrário, manter-se-á atento e diligente no tocante à própria instrução e à dos outros.

O aluno, por sua vez, não deve ser turbulento, para que não pareça ser algo, quando nada é; deve amar o professor como a um pai, ou ainda mais que um pai, pois devemos mais amor àquêles de quem recebemos benefícios maiores e mais dignos. Do pai recebemos o ser em estado rude, enquanto dos mestres aprendemos a ser sábios. Por isso, os bons mestres devem ser mais amados que os pais. Não é apenas justo que os mestres sejam mais amados, mas também é útil que nos agradem as palavras e as sentenças daquele a quem amamos, porque muitas vêzes nos desagradam as palavras de quem não amamos e por isso as evitamos e nos esforçamos para não imitá-los.

(33). — Guilherme de Conches, *De Philosophia Mundi*, L. IV, Cap. 37-38, Migne, FL I, 172, cl. 99 D.

No brevíssimo capítulo (34), em seguida, Guilherme de Conches alude a uma questão que se poderia considerar como concernente à caracterologia em relação com a didática. Julga êle que o temperamento sanguíneo é o mais apto para o ensino, mas, acrescenta, uma pessoa, apesar disso, pode ser perfeita em qualquer empreendimento, graças ao trabalho, ao esforço, porque o trabalho tudo vence, *quia labor omnia vincit*.

*
* *
*

IV

Mencionamos, no capítulo I, a opinião de Stephen d'Irsay sobre a causa final das Universidades:

“a atração das grandes carreiras indispensáveis à sociedade, ao serviço de Deus e da Igreja”.

De fato, a expansão econômica das cidades, o surto das atividades comerciais e o aumento da riqueza contribuíram para dessacralizar a vida social que até então, por força das coisas, estivera profundamente imbuída de espírito religioso, máxime no plano cultural. Os estudos só visavam ao domínio das verdades religiosas. Para quem tivesse pendores intelectuais não havia escôlha: era adotar o gênero de vida clerical ou monástico. As profissões liberais praticamente desapareceram entre as névoas dos períodos merovíngio e carolíngio. As artes liberais foram reduzidas à propedêutica da Sagrada Escritura. A filosofia, encolhida na dialética, viu-se talhada, no dizer de São Pedro Damiano, a uma serva da *Sacra Pagina*. Foi essa atitude relativa ao papel dos estudos liberais que eu atribui, no capítulo II, à influência transacta de Filão de Alexandria, o judeu que, séculos antes, possuiria a mesma mentalidade peculiar, ontem como hoje, a um seminarista, a um monge, a um pastor protestante, que só visam ao serviço de Deus por vocação e imposição do ministério. Essa mentalidade que em si, com seus objetivos é compreensível e justificável, e que predominou obsedante na primeira Idade Média, continua a encontrar guarida hoje nos seminários e casas de formação religiosa, onde os estudos devem concorrer para a criação de um tipo ideal de servidor religioso ilustrado, amadurecido. Mas hoje um cristão, sem embargo de ser teocêntrico em sua mundividência e na direção de seus atos, pode cultivar uma disciplina intelectual, sem haver de jungi-la exclusivamente às exigências dos estudos teológi-

(34). — *Idem*, cap. 39, cl. 100 B.

cos. Bem ao contrário, a consciência do dever de estado e a seriedade moral conclamam-no ao aprofundamento da sua matéria, à especialização crescente, ao progresso contínuo, sem outras imposições.

As condições de vida do Ocidente após as invasões germânicas, o papel assumido pela Igreja, de guardiã da cultura produziram êsse tipo de concepção dogmática do mundo, essa redução da escola à agência de instrução eclesiástica, regulada estritamente por uma teologia da educação. Tal situação, porém, não podia perdurar. O Ocidente cristão, com a herança greco-romana, não podia ficar estagnado, à semelhança de um Tibete teocrático. O cessamento das invasões, a nova tranqüilidade da vida, sujeita agora apenas às perturbações comuns a tôdas as épocas, a ressurreição do comércio e das cidades, o reavivamento do interêsse pelos estudos, tudo concorria para determinar a revalorização das categorias profanas da existência, o retôrno à vida normal de uma sociedade escalonada e dinamizada pela divisão do trabalho material e intelectual. O renascimento do século XII, à distância, se me afigura, no seu sentido mais profundo, o início de um desafôgo, da libertação do homem e de sua inteligência para os empreendimentos que a vida social exige, para as realizações que, não mirando imediatamente o serviço divino, nada apresentam de reprovável, mas que, por sua vez, reclamam autonomia e desligamento das injunções eclesiásticas.

As novas condições de vida trabalharam no sentido de motivar nos homens do século XII o desêjo de atividades lucrativas, além do comércio. Daí a necessidade, que então se experimentou, de estudos especializados de direito, medicina e teologia. Esta, cientificamente estruturada, embora não fôsse nenhum filão de divícias, concorria para a formação dos doutores, que assumiriam postos de responsabilidade no sólio pontifício, na cúria romana, nas dioceses, nos Capítulos, nas escolas.

Nos primeiros tempos da Idade Média, ávidos senhores frequentemente se apossavam, pela violência, das terras dos vizinhos, segundo a lei do mais forte. Essa prática persistiu, respeitada por muitos barões das épocas posteriores, autênticos bandoleiros e salteadores de estradas, mas cujas façanhas em geral não figuram entre as lembranças heráldicas de seus descendentes atuais. Como os tempos mudassem a partir do século XI, descobriu-se que a pena podia ser um sucedâneo adequado da espada e que as apropriações injustas podiam revestir aparência legal. Tais circunstâncias novas estavam a exigir um conhecimento especial das leis e

“a emergência de uma nova classe de juristas profissionais era a bem dizer inevitável” (35).

(35). — R. R. Bolgar, *The Classical Heritage and its Beneficiaries*, Cambridge, At the University Press, 1954, 592 págs., Cf. pág. 132.

Por outro lado, era natural que a prosperidade acarretasse mais cuidados com a saúde e produzisse um aumento no número dos médicos. A procura vinha suscitar a oferta e as escolas de medicina tornaram-se uma necessidade. Até o século XII, no Ocidente, a atividade médica era desempenhada por monges, clérigos e cônegos, sendo que, de início, os primeiros prestavam serviço apenas à comunidade, cuidando dos doentes na enfermaria do claustro e no *xenodochium* em que eram recebidos os doentes pobres. Aos poucos foram dilatando o campo de seus cuidados e auferindo lucros para si mesmos ou para a comunidade. A formação dos interessados era feita, ouvindo-se um médico profissional ler e comentar Hipócrates e Galeno, consultando-se as obras especializadas das bibliotecas.

No fim do século XII os médicos continuam ministrar ensino particular aos candidatos à arte de curar, mas muitos dos mestres se haviam beneficiado da formação dada em Salerno ou Montpellier. O gosto pela medicina chegou a tal ponto que, vimos anteriormente, os concílios precisaram usar de energia para com os monges e cônegos regulares que abandonavam os mosteiros pela sua clínica particular. Esse afã hipocrático de tantos monges e cônegos podia ser indício de lúdima vocação, que as condições do tempo haviam dirigido para o mosteiro, como também podia ser suscitado pela fúria ardente da caridade, ou, como acontecia freqüentemente, pelo amor ao lucro, *auri sacra fames*. Pedro de Blois, que se dedicava por ofício à teologia e já havia estudado a jurisprudência quando moço, não se furtou ao interêse pela medicina. Certa vez pediram-lhe para ver um doente. Após a visita, escreveu a Pedro, médico seu amigo, de quem talvez aprendera o que sabia, rogando-lhe viesse ver o doente “que podia pagar muito bem”. Descreveu-lhe os sintomas do mal, afirmando que três ou quatro médicos, já chamados, não chegaram a se entender, “mas nós nos entenderemos” (36). A necessidade de médicos bem formados era cada vez mais presente, pois os charlatães apressavam o povoamento dos cemitérios. Haskins transcreve a narrativa de um médico sírio, Thabit, de passagem pela Cristandade (37). Trouxeram ao sábio oriental um cavaleiro com um abcesso numa perna e uma mulher febricitante. Àquêle o sírio aplicou um cataplasma que logo afastou o perigo, e a esta proscreeu certos alimentos, diminuindo-lhe a febre. De repente chega um médico Franco, que exclama: “êste homem não pode curá-los”. Dirigindo-se ao cavaleiro: “Preferes viver com uma perna só ou morrer com as duas?” — “Prefiro viver com uma só”, retorque o cavaleiro. Então o Franco

(36). — Pedro de Blois, *Epistola* 43, P. L. (Migne), T. 207, cl. 126; Lesne, *obr. cit.*, pág. 689.

(37). — Haskins, *The Renaissance of the 12th Century*, New York, Meridian Books, 1957, 437 págs. Cf. pág. 326.

mandou chamar um cavaleiro taurino que decepou a perna ofendida com um machado cortante, o que só foi conseguido à segunda machadada, que assegurou também a morte do paciente. Dirigindo-se então à mulher, o Franco sentenciou: “cortem-lhe os cabelos, pois está possuída por um diabo que se alojou na cabeça”. Assim se fez e a mulher deu de comer novamente os condimentos que lhe haviam sido proibidos. A febre piorou. “O diabo penetrou-lhe no crânio”, diagnosticou o Franco, que passou a cortar o couro cabeludo da mulher em forma de cruz com uma navalha, e tanto o escarificou no centro da cabeça, que os ossos ficaram à mostra. Em seguida esfregou sal na cabeça da sofredora, que imediatamente expirou. Thabit retirou-se, confessa, tendo aprendido da medicina franca coisas que até então ignorara.

A fuga ao cultivo das artes liberais em favor da jurisprudência não era bem vista pelos adeptos da ordem tradicional, que ainda não divisavam as transformações dos tempos. Pedro de Blois julgava o direito civil incompatível com o estado clerical (38). Estêvão de Tournai tinha para si que o estudo do direito era sinal da decadência e do envelhecimento das artes liberais. Mas o gosto da jurisprudência continuava em ascensão, seja pelo interesse que despertavam os estudos jurídicos, seja principalmente devido à necessidade de preparo para uma carreira muito lucrativa. Esta última razão era responsável pela debandada dos estudantes para os arraiais do Digesto e das Pandectas. Príncipes e prelados concediam cargos, benefícios e vantagens aos especialistas em direito civil. Com isso sofriam a filosofia e a teologia o drama que ainda hoje aflige professores que cultivam a filosofia, as ciências e as letras. Por isso no século XIII, Rogério Bacon suplica ao Papa que livre a Igreja do flagelo dos juristas. “Hoje, escrevia, um doutor em direito civil tem mais crédito na Igreja e é mais rapidamente promovido às dignidades que um Mestre em Teologia. Os que se consagram à filosofia e à teologia não dispõem de recursos que lhes permitam lazer para suas investigações, nem podem comprar livros ou simplesmente viver. A consequência é que os mais inteligentes e os mais capazes para a filosofia e a teologia passam a dedicar-se ao direito civil, o que proporciona riquezas e honras, e poucos se conservam fiéis ao estudo da filosofia e da teologia, *quia cupida facultas iuris trahit multitudinem clericorum* (39).

João de Salisbury, por sua vez, não se corre de esbordoar à grande a seita dos Cornificianos (40). O humanista e amante das letras

(38) . — Lesne, *obr. cit.*, pág. 680.

(39) . — Rogerius Baco, *Compendium Studii Philosophici*, c. 4, ed. Brewer, 418, apud Philippe Delhaye, *L'Organisation Scolaire au XIIIe Siècle*, pág. 267, in *Traditio*, Vol. V, 1947.

(40) . — Salisbury, *Metaphisicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. I, cap. IV, cl. 830 C.

que, no século XII, preza mais que ninguém o ensino tradicional da Retórica, não se conformava com os Cornificianos, que reivindicavam a diminuição do curso dos estudos e das artes sermocionais, e tinham em mira as vantagens imediatas que a aprendizagem rápida lhes pudesse fornecer. Perfeitos ancestrais da maioria dos estudantes de hoje. Muitos Cornificianos iam ter às côrtes onde podiam gozar de regalos, dinheiro e honras. Outros entravam para o serviço da Igreja, virando monges ou clérigos. Muitos optavam pela medicina. Largavam-se para Montpellier ou Salerno e num abrir e fechar de olhos voltavam médicos tão bons quanto haviam sido filósofos. Entravam a praticar a medicina citando Hipócrates e Galeno, murmurando palavras misteriosas, com aforismos para todos os casos. Lembravam de modo especial dois preceitos, que punham logo em prática. O primeiro era de Hipócrates, que êles interpretavam a seu bel talante: *ubi indigentia, non laborare*, onde reina a pobreza não convém trabalhar. O outro rezava: *dum dolet, accipe*, ou seja, trata de receber teu dinheiro enquanto o doente geme...

*

Fator essencial para a constituição da Universidade de Paris, como já vimos, foi a concessão de privilégios à corporação dos mestres e estudantes por parte de reis e papas. Fato interessante é que um dos primeiros grandes privilégios veio a beneficiar os estudantes de Paris, graças a um episódio de que participaram alunos alemães em 1200 (41). O arquidiácono Henrique de Liège enviou seu criado a um taberna em busca de vinho. Aí o serviçal envolveu-se em discussão com o taberneiro e sua bilha quebrou-se. Foi ter, então, com seu patrão a fim de queixar-se. Logo, todos os estudantes alemães dirigiram-se apressadamente para a taberna e entraram a maltratar o vendeiro. O povo, por sua vez, revoltou-se, e com o preboste dos comerciantes à frente marchou para a estalagem na qual residiam os estudantes alemães. A casa foi invadida, e Henrique foi morto juntamente com uma ou duas outras pessoas. O rei indignado com a participação do preboste no motim, mandou prendê-lo com vários de seus parceiros. Suas casas foram demolidas, suas terras devastadas e suas propriedades confiscadas. Quanto ao preboste, ainda que os estudantes declarassem contentar-se com sua fustigação, teve

(41). — Frédéric Hurter, *Tableau des Institutions et des Moeurs de L'Eglise au Moyen Age, particulièrement au treizième siècle, sous le règne du Pape Innocent III*, traduit de l'allemand par Jean Cohen, Tome III, Paris, Debécourt, Librairie — Éditeur, 1843, 595 págs., Cf. pág. 410-411; Georg Kaufmann, *Geschichte der Deutschen Universitäten* (2 vol.), I, Graz, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1958, 442 págs., Cf. pág. 247 in fine e 248.

de escolher entre a prisão perpétua e a “prova da água”, sob condição de ser enforcado, se sucumbisse, ou, em caso de resistência, de ser banido de Paris por tóda a vida e declarado incapaz para sempre de exercer qualquer cargo público. Os burgueses foram obrigados a jurar que, se vissem um estudante ser maltratado por um de seus concidadãos, haviam de prender este e entregá-lo aos tribunais reais. Proibiu-se-lhes também deter estudantes, mesmo no caso de sérias ofensas, ou, se o fizessem, deviam entregá-los incontinenti ao juiz eclesiástico. Todo preboste, ao tomar posse do cargo, devia jurar observância dessas disposições, juramento que continuou a ser prestado até 1592. Esse privilégio concedido por Filipe Augusto em 1200, deixou tóda a corporação sob a jurisdição eclesiástica. Foi, digamos, uma confirmação legal, secular, de privilégio já concedido pelo Papa Celestino III, subtraindo a corporação dos mestres e estudantes à justiça secular e outorgando-lhes a jurisdição eclesiástica (42).

Foi, assim, ao sabor das circunstâncias, que, no início do século XIII a Universidade de Paris começou a organizar-se.

*

* *

CONCLUSÃO.

Se fôssemos estabelecer um paralelo entre a origem da Universidade de Paris e a de outras universidades européias da Idade Média, poderíamos encontrar pontos de contacto na ordem de sua causalidade. Do que deixamos assentado neste trabalho, os fatores determinantes para o aparecimento da Universidade de Paris encontram-se no aumento e na diversificação do saber que se operou no decurso do século XII; no papel de liderança e na concentração das funções escolares desempenhadas pelas escolas episcopais nos centros da vida urbana, consequência da restauração das cidades, da ressurreição do comércio; no aparecimento das corporações de mestres e alunos. Por outro lado, organizadas as primeiras universidades, o movimento de sua implantação em vários pontos da Europa por autoridades civis e eclesiásticas obedecia ao padrão das universidades já existentes. Ora, pode-se dizer que os dois primeiros fatores “aconteceram” por um imperativo histórico, pelo jôgo de várias causas imprevistas, pela concatenação de eventos políticos e econômicos, aconteceram, digo, pela primeira vez, no Ocidente, em determinadas regiões da Europa,

(42). — Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités*, T. I, Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, 372 págs. Cf. pág. 66.

alcançando depois, por irradiação e influências, outros rincões de início alheios a tais sucessos, mas que passaram, então, a incorporar-se na marcha da renovação social por meio de um processo de evolução natural dos acontecimentos, como na Inglaterra, ou por imposição administrativa, como em Portugal, desde que se tenha em mente que os focos do movimento comunal e da restauração do comércio foram as cidades italianas e do norte da França, especialmente da região da Flandres.

Criado o modelo das universidades, com a organização das primeiras, a disseminação desse tipo de escolas ficava daí em diante na dependência de um quarto fator, constituído pela iniciativa de algum papa, ou bispo, rei ou príncipe.

No caso de Paris, os fatores, dos quais posteriormente os historiadores tomaram consciência por meio da análise histórica, reuniram-se espontaneamente, foram surgindo ao sabor das circunstâncias, sem premeditação nem plano.